



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

LOUCURA/SOFRIMENTOS MENTAIS, RACISMO E CAPITALISMO: BREVES APONTAMENTOS

LARA RODRIGUES CAPUTO ¹

RESUMO:

O artigo busca traçar elementos iniciais para se pensar a relação entre o racismo e a loucura/ sofrimentos mentais no Modo de Produção Capitalista. A partir de uma revisão teórica, são utilizados os principais autores que tratam dos temas relacionados. Faz-se a defesa do MPC como produtor dos sofrimentos mentais da população negra, tendo como elemento constitutivo deste processo, o racismo estrutural.

Palavras-chave: racismo; sofrimentos mentais; capitalismo; questão social.

ABSTRACT:

The article seeks to outline initial elements to think about the relationship between racism and madness/mental suffering in the Capitalist Mode of Production. Based on a theoretical review, the main authors who deal with related topics are used. The MPC is defended as a producer of the mental suffering of the black population, with structural racism as a constitutive element of this process.

Keywords: racism; mental suffering; capitalism; social issues.

¹ Universidade federal de juiz de fora

Introdução

O presente artigo busca traçar elementos iniciais para se pensar a relação entre o racismo e a loucura/ sofrimentos mentais no Modo de Produção Capitalista, especificamente no contexto brasileiro, a partir de uma reflexão teórica que utilizou os principais autores que debatem acerca dos temas relacionados.

1. O Modo de Produção Capitalista como produtor da Loucura/sofrimento mental

Iniciaremos a exposição fazendo a defesa de que **a loucura/os sofrimentos mentais podem ser caracterizados como expressão da chamada “Questão Social”**, conceito tão caro para o Serviço Social, uma vez que este é considerado o nosso objeto de trabalho.

Nesse sentido, Netto (2001) trata acerca da “Questão Social”, ao apontar que o surgimento do pauperismo durante a consolidação do capitalismo deixou claro que se tratava de um fenômeno novo, por mais que houvesse desigualdade anterior a este modo de produção. Era fato que os determinantes da generalização da pobreza e a polarização instaurada entre ricos e pobres tinham características particulares nesse novo regime. O autor coloca que, se anteriormente havia uma escassez de bens e serviços necessários para a manutenção do conjunto da população, a partir da onda industrializante e o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, era certo de que o pauperismo não se dava mais por essa escassez, mas sim pela má distribuição e o não acesso aos bens produzidos socialmente, na sociedade capitalista.

Iamamoto (2001) soma à análise de Netto (2001) ao apresentar que a expressão “Questão Social” foi cunhada por volta de 1830, quando a classe trabalhadora colocou na arena política suas inquietações e reivindicações. Tal expressão passou a ser usada ao se referir à luta de classes travada na sociabilidade capitalista na Europa Ocidental, a partir da onda industrializante iniciada na Inglaterra. O uso do termo está diretamente ligado a desdobramentos sócio-políticos, uma vez que a classe trabalhadora -os pauperizados da época- não se contentou, de forma passiva, com as condições de vida vivenciadas e trouxeram para a cena política, de forma organizada, seus descontentamentos. A partir das primeiras experiências de organizações



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

coletivas da classe trabalhadora, o pauperismo e posteriormente a “Questão Social” passou a ser encarada como questão “política”. A grosso modo, podemos compreender as expressões da “Questão Social” a partir de suas duas faces: a política, através da luta coletiva da classe trabalhadora, que expressa resistência; e a face “econômica”, se apresentando, na realidade, por meio da pobreza, das desigualdades sociais, do não acesso de determinados grupos às políticas sociais necessárias, do sofrimento físico e mental dos sujeitos, entre outros.

Dito isto, entendendo a loucura/os sofrimentos mentais como expressões da “Questão Social”, lançamos mão de um artigo pouco conhecido de Marx, publicado no *New-York Daily Tribune* em 1858 e traduzido por Costa (2021) no *Esquerda Online*, de título “O crescimento da Loucura na Grã-Bretanha”. Este pequeno texto nos traz subsídios para compreender a Determinação Social¹ da loucura, um conceito caro que aponta a estrutura na qual estamos inseridos - a saber, o Modo de Produção Capitalista (MPC) - como elemento determinante para analisar os processos saúde-doença. Ou seja, o MPC como produtor da loucura e dos sofrimentos mentais.

Costa (2021), tradutor da obra, enfatiza que apesar de Marx não ter sido um estudioso do tema da loucura, sua teoria social se mostra relevante para a crítica da produção desta no MPC. Ainda diz que, se nos debruçarmos na particularidade brasileira, constatamos que a saída do capital diante da intensificação da crise² se orienta para a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e, decorrente disto, a produção de ainda mais sofrimento.

¹ Oliveira Santos, Santos e Castro e Castro (2022) destacam que a sociedade na qual estamos inseridos não funciona como um determinante que “pode” influenciar no processo saúde-doença, mas sim é o elemento fundante que determina a conformação da saúde e os diversos tipos de sofrimentos que os sujeitos vivenciam. Assim, partem da concepção de “determinação social do processo saúde-doença”, em contraposição aos determinantes sociais. A concepção de determinação social utilizada pelas autoras é de Laurell (1982), que tem como núcleo central o caráter sócio-histórico do processo saúde-doença. Para explicá-la, não se deve limitar numa análise dos fatores biológicos, mas sim sua articulação direta com o processo social no qual os sujeitos estão inseridos. Portanto, o caráter social e biológico do processo saúde-doença deve ser analisado com um processo único.

² Netto (2001) aponta que, na entrada dos anos de 1970, a longa onda de crescimento econômico foi estagnada e o capitalismo entrou em uma crise que persiste até os dias atuais. Esta passou a ser enfrentada a partir de medidas drásticas e ofensivas pelo capital- neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva- mostrando a sua pior face. Por volta de 1989 o capital entrou em um novo ciclo produtivo, o taylorismo e o fordismo foram substituídos pelo toyotismo, fazendo com que a configuração do processo de produção e a divisão e as relações de trabalho sofressem, mais uma vez, profundas mudanças. Este período pode ser identificado como a entrada do capital na sua fase financeira. A reestruturação produtiva trouxe ao processo de trabalho novas características, donde o trabalhador passou a exercer diversas funções no processo produtivo (o chamado trabalhador polivalente), além de ocasionar a terceirização, a flexibilização dos direitos trabalhistas, empregos temporários, etc. A globalização trouxe a integração em escala global dos mercados, colocando a classe trabalhadora em uma posição desvantajosa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Os elementos mais relevantes extraídos do texto de Marx (1858)- apesar do mesmo ter analisado um contexto totalmente particular e apresentar algumas limitações, totalmente justificáveis diante da época em que foi escrito- é a relação que o mesmo estabelece entre riqueza, pauperismo e loucura e a breve crítica que faz às instituições manicomiais da época. Logo no início do artigo ele pontua:

Não há, talvez, fato mais bem estabelecido na sociedade britânica do que o correspondente crescimento da riqueza moderna e do pauperismo. Curiosamente, a mesma lei parece valer com respeito à loucura. O aumento da loucura na Grã-Bretanha acompanhou o aumento das exortações e ultrapassou o aumento da população. Seu rápido progresso na Inglaterra e no País de Gales durante o período que se estende de 1852 a 1857, um período de prosperidade comercial sem precedentes, ficará evidente a partir da seguinte comparação tabular dos números anuais de indigentes e loucos nos anos de 1852, 1854 e 1857. (MARX, 1858, p. 04)

Em outra passagem, Marx (1858) relaciona loucura, pauperismo e lucro, apontando, de forma embrionária, o que chamamos hoje de Indústria da Loucura. Vejamos:

[...] Por hora, vamos chamar a atenção apenas para o tratamento dado aos 2.000 pobres loucos, que por meio do contrato, o Conselho de Guardiões e outras autoridades locais concederam aos administradores de residências privadas licenciadas [...]. Todo o planejamento dos contratantes consiste, é claro, no único ponto de fazer grandes lucros com essas pequenas receitas e, conseqüentemente, de manter o paciente com o menor gasto possível. (MARX, 1858, p. 7)

Marx (1858) também discorre sobre as *Workhouses*, que eram asilos públicos da época, destinados exclusivamente para o acolhimento dos loucos pobres. Numa passagem do texto o autor sinaliza que estes espaços eram, na verdade, Casas de Trabalho. Ele diz:

Os profissionais são, em sua maioria, internos indigentes, totalmente inaptos para as tarefas que lhes são impostas[...] O que a acomodação em uma *Workhouse* é, pode ser entendido a partir das seguintes ilustrações-descritas no último Relatório da Loucura como “exibindo fielmente as características gerais da acomodação em uma casa de trabalho”.(MARX, 1858, p. 8-9)

Outra produção de Marx interessantíssima, que contribui à análise do Capitalismo como produtor da Loucura/sofrimentos mentais é o texto “*Sobre o Suicídio*” (1846), produzido alguns anos antes de *O crescimento da Loucura na Grã-Bretanha* (2021-1858). O texto aborda questões da vida privada mediadas pela propriedade e pelas relações de classe. Nestes escritos, Marx (2006-1846) se apropria de quatro casos de suicídio de Jacques Peuchet, “adicionando a eles uma introdução, realizando modificações e inserindo comentários no decorrer do texto, suprimindo o tom religioso *peuchetiano* e expressando uma crítica radical da sociabilidade burguesa através do suicídio “(COSTA,2022, p. 04). Ele mesmo aponta que a Loucura atinge todas as classes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais, fato que concordamos, no entanto, novamente estabelece uma relação estreita entre miséria e sofrimento da classe trabalhadora e o suicídio entendido como expressão radical desse processo. Vejamos:

O atual número de suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente da nossa sociedade; pois, na época da paralização e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e inversos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. Embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos, como entre os artistas e os políticos. (MARX, 2006-1846,p.24)

Costa (2022) soma à análise, ao dizer que tudo isso diz sobre o modo de produção da vida dentro do contexto capitalista. Miséria, loucura/sofrimento e suicídio, apesar de suas particularidades, se produzem na totalidade social e devem ser compreendidos a partir das múltiplas determinações e mediações numa dada realidade, que é concreta.

A despeito das singularidades, de como cada indivíduo vivencia os processos subjetivos de modo particular, deve-se partir de uma análise dinâmica e estrutural, por isso o *caráter social* da loucura e sua *determinação social*. A loucura, segundo Costa (2022), não se produz num vazio histórico (estaríamos negando o próprio Método materialista-histórico-dialético e a própria história), mas “ é expressão concreta de como seres concretos se produzem na realidade concreta, a saber: o MPC “(COSTA, 2022, p. 5).

A loucura/sofrimentos mentais devem ser analisados não como fenômenos em si ou como uma questão individual e privada, fato que não configura uma negação das expressões individuais e singulares deste processo (inclusive sua dimensão orgânica); concordamos com Costa (2022) ao dizer que as dinâmicas da loucura e do sofrimento devem ser entendidas como expressão da própria dinâmica de funcionamento deste modo de produção e, conseqüentemente como desdobramento da “Questão Social”. Em suas palavras:

Numa sociabilidade antagônica, em que por meio da contradição capital-trabalho a produção da riqueza é socializada e sua apropriação é privada e concentrada, a tendência é que com o crescimento da produção e acumulação de riqueza, tenhamos maior produção e acumulação de miséria, bem como do sofrimento, da loucura. Em suas, piores condições objetivas de vida que, ao serem subjetivadas, se expressam na forma de precarização subjetiva, numa relação dialética (COSTA, 2022, p. 7)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Utilizando de Martín-Baró (2021-1844), Costa (2022) faz ainda a relação com a categoria Alienação; se o Trabalho, no Modo de Produção Capitalista, ganhou novas características, se se tornou um trabalho alienado e estranhado no momento em que o indivíduo passou a não se reconhecer no produto de seu trabalho, mediado pela necessidade de venda da sua força de trabalho, a saúde mental é entendida “não como uma encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas”(MARTÍN BARÓ, 2017 *apud* COSTA, 2022, p. 7). Se o trabalho modifica a natureza e o próprio Homem em seu caráter primário, no Modo de Produção Capitalista ao se tornar um trabalho alienado e estranhado, o Homem também se aliena de sua própria condição humana e de outros do seu gênero, “onde cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si” (MARX, 2006-1846).

2. O Racismo estrutural como elemento constitutivo na análise da loucura/sofrimento mental

Partindo da análise da Loucura/sofrimento mental como expressão da “Questão Social”, sendo o MPC produtor desses sofrimentos, adentramos num segundo debate o qual propusemos analisar neste artigo: **o Racismo Estrutural como elemento constitutivo na análise dos processos de sofrimento mental de determinados grupos, a saber: a população negra**. As inferências realizadas anteriormente, principalmente entendendo o MPC como produtor da loucura/sofrimentos mentais, sendo estes últimos entendidos como expressão da “Questão Social”, nos leva também a demarcar que o Racismo é um dos pilares do capitalismo e, no Brasil, este último se desenvolveu e se consolidou a partir de características muito particulares. Por isso, quando nos propomos a analisar a conformação da sociedade brasileira, o debate étnico-racial se faz obrigatório, pois é constitutivo de nossa sociedade. Nesta medida, analisar as expressões da “Questão Social” e, no nosso caso, a loucura/os sofrimentos mentais, é fundamental que compreendamos o racismo também como constitutivo deste processo.

Partindo desta posição teórica, apresentamos que o Capitalismo, no Brasil, foi se constituindo e se desenvolvendo (desde de colonização entendida como parte da *acumulação primitiva do capital*) a partir de elementos segregadores e desiguais, donde a população negra foi, ao longo do tempo, ocupando os piores postos de trabalho e/ou sendo excluída do processo produtivo, ocupando as “margens” da sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Concordamos com Silva (2021) ao sintetizar que o antagonismo fundante da sociedade brasileira não pode ser desconsiderado. O passado recente- a colonização-, marcado por um sistema legalizado que permitiu a desumanização dos corpos negros, utilizando do escravismo, marcado pela violência extrema, se findou em 1888; todavia, a partir da forma como foi promulgada esta chamada “liberdade”, é possível compreender, na fase atual do capital, a origem das condições de miséria, precarização, superexploração do trabalho e sofrimento de uma grande parcela da população: trabalhadores (as) negros (as). O racismo nas sociedades pós-colonizadas é materializado em todas as dimensões da vida social e é também reatualizado constantemente, entrelaçando-se com as diversas expressões de exploração na sociedade dividida em classes sociais, por isso, é estrutural e estruturante deste sistema.

Adensando as análises de Silva (2021), Almeida (2018) aponta que o Racismo Estrutural é uma forma sistemática de discriminação e, necessariamente, coloca a população branca em uma posição privilegiada -tanto econômica, quanto política e ideologicamente- na sociedade de classes, independentemente da consciência ou não de tais indivíduos desse privilégio. Ou seja, o racismo ocasiona uma segregação racial independente de indivíduos isolados, mas sim a partir de um sistema desigual que pré-determina o lugar do(a) negro(a) na sociedade. Nas palavras do autor:

Podemos dizer eu o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconsciente que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Portanto, o racismo é decorrente de um estruturamento da sociedade, é uma das bases fundamentais que alicerça a sociedade dividida em classes, ou seja, faz parte da lógica do capital em nosso país, não é “decorrente” deste.

O Modo de Produção Capitalista Brasileiro foi forjado, desta maneira, a partir de uma divisão racial do trabalho, donde a classe trabalhadora é majoritariamente negra. As relações econômicas e sociais estabelecidas a partir deste modo de produção, tanto entre as próprias frações da classe trabalhadora, quanto no que se refere à relação antagônica entre trabalhadores e capitalistas, foi e é, transversalmente, determinada pelo Racismo Estrutural. Este definiu e define, como dissemos anteriormente, o lugar da população negra na sociedade atual; todas as esferas da vida social, econômica e política são perpassadas pelo Racismo.

Podemos dizer, desta maneira, que classe e raça se relacionam intrinsecamente no contexto capitalista brasileiro. Como defendemos no início desta produção, o método materialista-histórico dialético nos permite compreender as mediações postas nestas relações; se a realidade brasileira é composta por uma classe trabalhadora majoritariamente negra, com frações desta que estão vivenciando diversas violências, é impossível pensar na nossa Formação Social sem tratar do Racismo como elemento estruturante deste processo.

Nesta direção, retomando o debate do sofrimento de parcelas específicas da população, concordamos com Costa (2022) ao defender que é possível expandir as análises marxianas para apreender as singularidades do sofrimento e da loucura que se expressam em nossas estruturas sociais particulares, como o caso brasileiro: um país de capitalismo dependente, forjado a partir da Racismo Estrutural, constituído por uma classe trabalhadora majoritariamente negra. Por isso, classe e raça e loucura devem ser compreendidas dialeticamente, a partir de uma análise totalizante. Esta compreensão, como já dissemos, não é a negação dos indivíduos e de suas singularidades, mas tais singularidades expressam *singularmente* a forma como os seres humanos se produzem nas particularidades do MPC (COSTA, 2022). A loucura/sofrimentos mentais é expressão de uma sociabilidade alienante e também *oposição* e *negação* à sociabilidade capitalista, logo, também uma forma de resistência e, especificamente, quando falamos do sofrimento da população negra dentro do MPC, tal reflexão se torna mais contundente.

Nesta direção, Menegat, Duarte e Ferreira (2020) contribuem à discussão apontando que a loucura/ os sofrimentos mentais são construídos socialmente, ou seja, não podem ser encontrados num estado selvagem. Por mais que se tenham relatos de distúrbios mentais (aqui entendidos como sofrimentos mentais) na antiguidade, a forma como estes sofrimentos se apresenta na sociedade de classes é particular, “se estrutura como epidemia entre as massas empobrecidas” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 103). Nesse sentido,

há um fio condutor que liga tragédias de confinamento em massa e eliminação física dos portadores de transtornos mentais, tais como: 1) as “naus dos loucos”, que eram embarcações lotadas de portadores de distúrbios mentais e abandonadas à deriva dos grandes rios que cortavam as principais cidades europeias, nos séculos XV e XVI; 2) a internação em massa dos loucos em prisões e asilos das grandes cidades europeias que se industrializavam e se modernizavam no século XVIII; 3) a elevada incidência do banzo entre a força de trabalho negra escravizada nas periferias colonizadas pelo eurocentrismo, como o Brasil; 4) o encarceramento nos manicômios do século XIX e XX; 5) a concentração da população negra, pobre e louca nas favelas, periferias, guetos e campos de refugiados no século XXI, pois seguem a mesma lógica de confinamento dos corpos que já não têm



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

funcionalidade para o capital em crise aguda na atualidade (MENEGAT, 2019 apud MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 104).

Dito isto, desde a colonização é possível identificar processos de sofrimento vivenciados pela população negra no contexto brasileiro. Menegat, Duarte e Ferreira (2020) dão o exemplo do *banzo*, conhecido como “doença da alma”, donde muitos africanos não resistiam aos processos de *desterritorialização*, do rompimento com suas terras de origem e a própria viagem nos grandes navios negreiros.

Eram muitos os negros e negras que, acometidos pelo *banzo*, se suicidavam ou entravam em profundo e irreversível estado de depressão psicológica depois de espoliados, vendidos, estuprados, estropiados, escravizados e submetidos às durezas do trabalho, à fome e ao sistema de vigilância permanente em mocambos e senzalas. Os que recorriam ao suicídio utilizavam práticas de afogamento, autossufocação, envenenamento e armas brancas, ou deixavam-se morrer pela inanição e tristeza (ODA, 2008 apud MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 103).

Miséria e loucura, como trabalhado, são apontadas como processos indissociáveis na conjuntura do capitalismo. Na atualidade, o MPC, através de um processo violento, fez e faz formar massas empobrecidas nos grandes centros urbanos, obrigando-as a sobreviver miseravelmente, seja com trabalhos assalariados precários ou engrossando o “exército industrial de reserva”³. Nas camadas sociais mais empobrecidas, estão localizadas, em grande parte, a população negra que “somente por um golpe de sorte os negros podem escapar do risco de adoecimento físico e mental” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 104).

Mendes e Werlang (2013) também contribuem com à análise, afirmando que o sofrimento mental é decorrente de estados de privação material, de não acesso à educação, saúde, moradia, alimentação etc.; o sofrimento é uma resposta psicológica diante da dor, e “não teria um local específico de manifestação no corpo, (...) mas se estenderia a todo ser” (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132). Nesse ponto, as autoras apresentam linhas de análise acerca da categoria ‘sofrimento’, e uma delas é a de Engels (2008), que o coloca como ligado à degradação social e à

³ Termo cunhado por Marx e explicado por Iamamoto. [...] Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menos de trabalhadores-via aplicação e intensificação do trabalho-, articulando os meios de extração da mais-valia absoluta e relativa. (IAMAMOTO, 2001, p. 14).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

miséria gerada pelo trabalho na sociedade capitalista, a partir de uma “guerra de todos contra todos”.

Menegat, Duarte e Oliveira (2020) também apontam que há profundas relações entre desigualdade de classe, gênero, raça e saúde mental nas cidades, uma vez que, observa-se um maior número de adoecidos entre mulheres, desempregados e pessoas com baixa escolaridade. Os índices são observados nos achados de Gonçalves et al (2014 *apud* MENEGAT; DUARTE; FERREIRA, 2020), ao analisarem taxas de transtornos mentais comuns, sendo mais presentes entre estes grupos. Desta maneira:

Podemos afirmar que há evidências empíricas, amplamente compartilhadas pelos pesquisadores e profissionais da área da saúde, de que as doenças mentais têm maior incidência entre os negros do que entre os brancos. Contudo, há, ainda, pouca pesquisa estatística que confirme esse fato. Por isso, são igualmente poucas as pesquisas que ousam analisar correlações entre raça/cor e a prevalência de transtornos mentais no Brasil (MENEGAT; DUARTE; FERREIRA, 2020, p. 112).

Nesse sentido, Jesus e Costa (2017) acrescentam que o racismo, além de produzir condições desiguais objetivas para a população negra, também influencia diretamente na constituição subjetiva desses sujeitos. A subjetividade é apresentada como uma “singularidade humana (...) que possibilita aos indivíduos tornarem-se humanos, se expressarem e se relacionarem com o mundo interno e externo, por meio de sentimento, raciocínio, saberes, afetos e consciência (JESUS; COSTA, 2017, p. 322). A subjetividade é possibilitada a partir da mediação com o trabalho, meio transformador da natureza a fim de responder às necessidades humanas vitais. Este exerce um papel de transformação da natureza, mas também uma transformação subjetiva dos sujeitos sociais.

Desta forma, compreendemos que a subjetividade humana é constituída no processo de complexificação da humanidade, em que o ser humano se desenvolve e se diferencia dos outros seres da natureza pelo trabalho. É no momento em que os conhecimentos, os juízos e saberes são desenvolvidos e armazenados na consciência, dando a possibilidade de reflexão e transformação da realidade objetiva, que a subjetividade humana é constituída, resultando na transformação de “subjetividade” animal em subjetividade humana (JESUS; COSTA, 2017, p. 322).

Apesar dos sujeitos vivenciarem formas históricas, sociais e culturais semelhantes, a subjetividade se difere e se distingue de sujeito para sujeito. Analisar a conformação das subjetividades é partir das suas relações sociais e dos limites e possibilidades apresentados ao seu desenvolvimento, sendo uma das suas principais funções o desenvolvimento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacidades “que retrata como o desenvolvimento e o progresso psicológico estão relacionados a uma dinâmica externa ao indivíduo em si [...] ou seja, às relações sociais e suas contradições” (JESUS; COSTA, 2017, p. 324).

No caso brasileiro, concordamos com a utilização do conceito de *trauma coletivo*, trabalhado por Oliveira (2020), ao tratar do processo de *desterritorialização* da África para as Américas através do sequestro forçado e violento de grandes parcelas da população negra e, posteriormente sua a escravização e exploração, a qual apresenta ainda consequências visíveis na atualidade, como por exemplo, a segregação racial da renda e do espaço urbano. O trauma, segundo Oliveira (2020, p.107) “emerge como um elemento de controle e mobilidade do negro”, justamente devido ao processo de desterritorialização, o medo do branco é o negro correndo, fugindo, buscando sua liberdade. Assim, o trauma é decorrente de uma experiência emotiva que, não decorre de um único acontecimento ou situação, mas da repetição da exposição à violência. Desde o sequestro, utilizando os navios negreiros até a atualidade, a população negra é confinada e perseguida.

O negro, portanto, é inventado como um vazio da humanidade (...). Então, ele é desumanizado, nem mesmo quando morre aos milhões gera comoção social. Porque a brancura não se vê como assassina, não vê o genocídio e a escravidão como crimes (OLIVEIRA, 2020, p. 109).

Todos esses elementos são fundamentais para a construção das subjetividades negras. Tais formas de disciplinamento, controle e adestramento como um problema espacial do negro, a invenção do negro como um corpo racializado a ser explorado e violentado os levam a procurar formas de resistências, ao disputar os espaços diante da imposição de sua desumanização. Com isso, o trauma do racismo introduzido na colonização, vai produzindo sofrimentos, tanto físicos quanto mentais. Se o negro é passível de matança e genocídio, se são desumanizados e tidos como mercadorias, ele são, portanto, seres homogêneos. O passado colonial violento, segundo Oliveira (2020), nunca foi enfrentado, portanto, esse trauma continua produzindo caminhos para o genocídio e o sofrimento de negras e negros.

Entendemos que a determinação social dos processos saúde-doença, especificamente a loucura/os sofrimentos mentais vivenciados pela população negra, produzidos pelo MPC, não podem ser analisados sem considerar o debate étnico-racial- o racismo-, como elemento constitutivo deste processo. Desta maneira, concordamos com a radicalidade de Oliveira Santos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Santos e Castro e Castro (2022) ao dizerem que, se queremos uma sociedade que não adoça e para que a mudança desse cenário aconteça, não há outro caminho a não ser a defesa radical da construção de uma nova ordem societária que não tenha como pilar o racismo, a medicalização da vida, e as diversas expressões de desigualdades sociais.

[...]reiteramos a necessidade de avançar no debate sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico, articulado à luta antirracista, numa perspectiva crítica e radical, e a urgência de construirmos políticas sociais, ações afirmativas, reparadoras, corretivas, de fato, universais e integrais, atrelar este debate à ação política; à luta ampla e aberta contra o sistema capitalista, uma vez que o sofrimento psíquico é perpassado, necessariamente, pela exploração e opressão dos sujeitos. A classe não só se faz no sofrimento, como se faz também, na resistência e ofensiva, por isso, nos organizarmos politicamente objetivando a superação desta ordem social desumanizadora e desumanizante, rumo a uma sociedade socialista, sem exploração e opressão é uma tarefa tanto urgente, quanto necessária, especialmente no atual momento histórico. (OLIVEIRA SANTOS, SANTOS, CASTRO e CASTRO, 2022, p.417)

Desta maneira, a Saúde Mental é “forma como os indivíduos em seu processo de subjetivação, demarcado e determinado por seu fazer histórico e condições de vida, apreendem a concretude da vida numa sociedade” (Oliveira Santos, Santos e Castro e Castro 2022, p.414). Se as subjetividades dos indivíduos são permeadas e constituídas no interior do modo de produção social em que estão inseridos, no caso, o Modo de Produção Capitalista, os sofrimentos mentais também. Neste aspecto, se fazemos a defesa de que o racismo é estrutural e estruturante destas relações devemos realizar a leitura dos sofrimentos mentais também considerando o racismo como elemento importante para se pensar quais grupos estão mais expostos a esses sofrimentos, a forma como eles os vivenciam e como estes são produzidos nesta realidade social. Ao observarmos os dados oficiais⁴, é inegável que a população negra vem, massivamente, adoecendo mentalmente de forma mais intensa em relação à população branca. Nesta medida, o recorte étnico-racial não pode ser desconsiderado ou invisibilizado; como dissemos em momento anterior, se essa invisibilização ocorre, seja em estudos e pesquisas teóricas, seja no espaços institucionais, é uma negação dos próprios elementos que estão na realidade concreta.

⁴ Estabelecendo um comparativo entre população branca e não branca, acerca dos quadros de sofrimento psíquico, os dados encontrados foram que 52,8% das mulheres negras apresentaram sintomas depressivos, entre mulheres brancas isso cai para 42,3%. Em idosos, esta prevalência também foi superior em não brancos que em brancos, de 46,5% e 37,8%, respectivamente[...]. Considerando os índices de autoextermínio, esse se caracteriza como a segunda maior causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil[...], sendo que o suicídio de jovens negros(as) com até 29 anos, entre os anos de 2012 e 2016, aumentou em 12% no país, 45% maior que o da população branca. (OLIVEIRA SANTOS, SANTOS, CASTRO e CASTRO, 2022, p.415)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conclusões

Apresentamos neste breve artigo, elementos para se pensar a determinação social da loucura/sofrimentos mentais e, especificamente, o racismo estrutural como elemento constitutivo para a análise do sofrimento mental da população negra brasileira. Entendemos a saúde mental determinada pelo fazer histórico dos indivíduos, numa realidade concreta, a saber: o MPC. Assim, se faz urgente o adensamento dos debates no âmbito teórico do Serviço Social, interrelacionados -racismo e sofrimento mental-, ainda incipiente em comparação a outras temáticas. Os breves apontamentos aqui realizados são iniciais e, acreditamos que o presente artigo pode ser uma ferramenta no sentido de fomentar o debate em nossa área, tão caro e tão importante tanto no âmbito teórico, quanto no nosso fazer profissional.

“O negro só é livre quando morre.”

Carolina Maria de Jesus

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

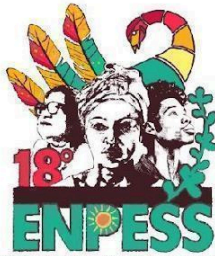
COSTA, M. R.; JESUS, G. L. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, nº 41, p. 314- 335, 2º semestre, 2017.

COSTA, P. H. A. Marx sobre a loucura. *Revista Dialectus*, ano 11, nº 26, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. ABEPSS, Brasília, N. 3, p. 09-32. Janeiro/Junho 2001.

MARX, K. O crescimento da loucura na Grã-Bretanha. *New-York Daily Tribune*, 1858. Tradução: Pedro Henrique Antunes da Costa. *Esquerda Online*, 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/07/15/um-marx-antimanicomial/>

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006/1846.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MENDES, S. M. R.; WELAG, R. Sofrimento Social e Saúde do Trabalhador. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 32, p. 131-150, 2º semestre, 2013.

MENEGAT, M. E.; DUARTE, M. J. O.; FERREIRA, V. F. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, nº 45, p. 100-115, 1º semestre, 2020.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da "questão social"*. Temporalis. ABEPSS, Brasília, 2001, N. 3, p. 41-49. Janeiro/Junho 2001.

OLIVEIRA, D. A. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. In: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Direitos Humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Rio de Janeiro: DP-RJ, 2020.

OLIVEIRA SANTOS, B. C; SANTOS D. L; CASTRO E CASTRO, M.M . Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19. *Praia vermelha*, Rio de Janeiro, v. 32 n. 2 p. 403-422 Jul-Dez/2022.

SILVA, A.P.P. Formação Social Brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPIDIO, M.H; VALDO, J.P, ROCHA, R. (Orgs). *Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*. São Paulo: Ed Analume, 2021.